



Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do município de São Paulo - COMUDA.

Dia 11 de Janeiro de 2022, das 14h às 17h.

OBS: Esta reunião foi realizada em meio ao estado de calamidade pública do Estado de São Paulo, de acordo com o decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e aconteceu remotamente por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*.

Conselheiros presentes:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Marcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)
2	Claudia Ruggiero Longhi claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
3	Décio Perroni Ribeiro Filho dpfilho@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)
4	Alcione Moreno alcionem@uol.com.br	Fundação Porta Aberta
5	Cecília Motta cecimotta@uol.com.br	Associação de Apoio ao Projeto Quixote
6	Michel Willian de Castro Marques michel.c.marques12@gmail.com	Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas (PBPD)
7	Felipe Aureliano Martins felipemartins_fsp@usp.br	Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD)
8	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP)
9	Regiane Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP)

10	Cristiano Ávila Maronna cmaronna@msm.adv.br	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP)
11	Maria Angélica Comis angelica@edelei.org	Centro de Convivência é de Lei
12	Patrick Andrade prandrade@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria do Governo Municipal (SGM)

Ausências Justificadas:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Carolina Jessica da Silva Salado csalado@crefito3.org.br	Conselho Regional de Terapia Ocupacional (CREFITO-3)
2	Vera Lucia Bagnollesi vbagnolesi@sp.gov.br	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante do poder público

Ausências Sem Justificativa:

	Nome / e-mail	Instituição
1	Nilson da Silva Rosa nsrosa@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)
2	Andrea Domânico andreadomânico@gmail.com	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – Representante da sociedade civil
3	Fernando de Oliveira Pereira fpereira@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)
4	Rodrigo Ramos Pinto Medeiros rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDDET)
5	Elizete Aparecida Rossoni Miranda elizete@patriciabezerra.com.br	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
6	Maria Isabel Meunier Ferraz isabelmeunier@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)
7	Paulo Ferreira da Silva paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher

8	Aguardando indicação de conselheiro(a).	Secretaria Municipal de Cultura (SMC)
9	Aguardando indicação de conselheiro(a).	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
10	Aguardando indicação de conselheiro(a).	Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP)
11	Vera Lúcia Rodrigues das Neves Hansen vera.hansen@crfsp.org.br	Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF/SP)

Demais presentes:

- SILVIA DE OLIVEIRA SANTOS CAZENAVE – CRF-SP
- Cecília Galício - CONED
- Danilo Lacatelli - NEPSIS
- Fernanda Ribeiro – SMDHC
- Renato Viterbo – Associação da Parada

Pautas:

- Indicação de representante do Conselho como observador na Conferência Municipal de Saúde Mental.
- Recomposição da representação do Conselho.

Discussão:

Décio inicia a reunião pedindo aos presentes que se apresentem, uma vez que há novos membros ainda não nomeados, oriundos da troca de representantes do novo biênio 2022-2023 do Conselho. Ele começa se apresentando como Presidente do Conselho desde o fim de 2019 e Coordenador de Políticas Sobre Drogas da SMDHC. Por ordem alfabética: Alcione Moreno se apresenta como médica e representante da Fundação da Porta Aberta. Cecília

Galício se apresenta como advogada e representante da Sociedade Civil do CONED. Cecília Mota se apresenta como psicóloga e gerente do CAPS Quixote da Vila Mariana. Claudia Longhi se apresenta como representante da SMS da divisão de Saúde Mental. Danilo Locatelli se apresenta como psicólogo e representante do NEPSIS do Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias do Departamento de Psicobiologia da UNIFESP. Fernanda Ribeiro se apresenta como assessora do Décio da Coordenação de Políticas Sobre Drogas da SMDHC. Marcia Matsushita se apresenta como representante da SME e atua com saúde escolar. Marcos Muniz se apresenta como psicólogo e representante do CRP-SP. Maria Angélica Comis se apresenta como psicóloga e trabalhadora da rede de atenção psicossocial e representa o Centro de Convivência É de Lei. Patrick Andrade se apresenta como analista de políticas públicas e representante da SGM, da Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos que cuida, dentre outros Programas, do Redenção. Renata Godoi se apresenta como profissional da Educação Física e representante provisória da SME, do gabinete do núcleo de planejamento estratégico. Renato Viterbo se apresenta como Vice-Presidente da Associação da Parada e diz que foi convidado a participar do Conselho por conta da temática LGBTQIA+ também atravessar a pauta do uso abusivo de Álcool e outras Drogas. Silvia de Oliveira se apresenta como farmacêutica e representante do CRF-SP. Diz também que tem Mestrado e Doutorado em Toxicologia.

Décio abre a palavra para informes, mas ninguém se inscreve. Em seguida passa para o próximo ponto da pauta sobre a Conferência Municipal de Saúde Mental pedindo para que Marcos explicita a ideia que havia pensado para este tema. Marcos, então diz que a partir da última reunião do COMUDA, no ano passado, cuja pauta era o PLANAD, pôde pensar a respeito do histórico de discussão e participação do Conselho na política de drogas do Município, Estado e União e nos processos de Conferência nestes âmbitos. Pensou na possibilidade de indicação de um “observador” do COMUDA para a Conferência, que funcionaria diferentemente da indicação de Delegado, sem direito a voto, com a função de observar os debates da Conferência e trazer isso ao Conselho para que possa subsidiar o acompanhamento da política para além do Programa Redenção. A ideia é de que, na reunião de fevereiro do COMUDA, os conselheiros possam se aprofundar no debate da política a partir do relato dele

e de mais um conselheiro que queira compor uma dupla de observadores. Claudia agradece a sugestão e diz que vai ao encontro do papel do COMUDA de acompanhamento da política. Junto a isto, coloca que é preciso discutir mais profundamente a política de saúde mental de álcool e drogas do município, para além do Redenção que foca especialmente na cena de uso da Luz. Finaliza dizendo que, provavelmente, a Conferência será adiada em decorrência do aumento do número de casos da variante ômicron da Covid-19. Cecília Mota concorda com Claudia e Marcos em relação ao foco na cena de uso da Luz (Cracolândia) e acha que a política transcende esta questão. Acrescenta dizendo que a cada dia que passa o número de cracolândias vêm aumentando e precisamos instituir meios para podermos olhar para elas, inclusive, com a participação dos usuários desses territórios. Décio concorda com a sugestão de Marcos e abre a palavra para eventuais interessados em compor com ele a função de observador na Conferência. Marcos pergunta aos conselheiros se há alguém que cumprirá a função de delegado na Conferência. Angélica diz que há pessoas na equipe do É de Lei que desempenharão este papel. Cecília Mota diz que participará da Conferência, mas não será delegada. Claudia diz que Wagner, da equipe dela da SMS, está pedindo que, caso o COMUDA decida por indicar observadores para a Conferência, seja feito o encaminhamento formal para Comissão Organizadora da Conferência para que possa ser dado o devido destaque desta representação. Todos concordam. Alcione sugere que a dupla de observadores seja composta por Marcos e Cecília Mota e agradece a ideia trazida. Cecília Mota aceita compor a dupla com Marcos na Conferência. Todos concordam com este processo e com a indicação destes conselheiros como observadores.

Décio abre a palavra para a Marcia, da SME, para que ela dê o seu informe. Márcia diz que no meio do ano passado contrataram a assessoria do Nathan que trabalhou no Ministério da Saúde com o Programa “Tamo Junto” e que estão desenvolvendo um projeto piloto de rodas de conversa em oito escolas com adolescentes. Segundo ela, o trabalho de fortalecimento das habilidades de vida tem sido bastante interessante e bem sucedido. Finaliza dizendo que, em um momento oportuno, pode aprofundar todas estas informações. Décio agradece e diz que vislumbra uma manifestação possível do COMUDA em relação à recomendação de programas educativos como este. Claudia diz que

esta ação está prevista na SMS na área de Saúde na Escola e que apoia iniciativas como esta. Renato complementa dizendo que, muitas vezes, o problema trazido por adolescentes em relação ao uso de drogas é decorrente do ambiente familiar e acaba refletindo no ambiente escolar, por isso sugere que os pais também possam participar dessas rodas de conversa em momentos oportunos.

Décio segue para o próximo item da pauta referente à reorganização do Conselho e coloca que a renovação dos representantes para o biênio 2022-2023 foi para o Executivo com o novo Prefeito, segundo está previsto em Lei, e foi decidido que o COMUDA passará a ter novos representantes a fim de ampliar a diversidade de atores e pautas do Conselho. Patrick acrescenta que a SGM encaminhou os ofícios para as Secretarias e órgãos com assentos previsto em Lei como os Conselhos de Classe e as Comissões da Câmara e, conforme decisão do Secretariado, decidiram por atualizar as representações da Sociedade Civil e da Comunidade Acadêmico-Científica. A publicação no Diário Oficial que encerra este ciclo de mudança ainda não foi feita, uma vez que alguns ofícios ainda não foram respondidos e seguem pendentes. Angélica pede para que seja dito quais foram as organizações que entraram e quais sairão do Conselho. Patrick responde que foram convidadas da sociedade civil: Associação da Parada LGBT, Instituto AMMA Psiquê e Negritude, Fundação Porta Aberta, e uma vaga está em aberto. Da comunidade acadêmico científica foram convidadas: NEPSIS, Comitê de Regulação do Álcool da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa, Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas da Faculdade de Medicina da USP. Maria Angélica pergunta quais entidades estão saindo do COMUDA e Décio responde que são PBPD, Sedes, ABRAMD. Angélica pede mais objetividade nesta resposta e diz que gostaria de saber objetivamente se o É de Lei está sendo desconvidado. Patrick diz que optou por não enviar ofício de desconvite e se desculpa por isso dizendo que vai encaminhar este ofício formal de agradecimento por ter participado até aqui do COMUDA. Diz também que a vaga que está em aberto da sociedade civil ainda não foi resolvida por conta do recesso de final de ano e se desculpa por isso já lembrando que nada foi encaminhado ao Diário Oficial ainda. Angélica confirma se os ofícios de desconvite, então, serão encaminhados para PBPD, Sedes, ABRAMD e É de Lei e Patrick responde que

sim. Angélica parabeniza a iniciativa de convite a AMMA e ao NEPSIS, conforme já haviam deliberado em plenária no ano passado. Michel parabeniza as novas indicações ao Conselho e reitera o histórico de participação das organizações que estão sendo desconvidadas. Lembra que o processo de convite e desconvite das organizações sempre foi prerrogativa do Prefeito, mas que a plenária do COMUDA era ativa nas indicações ao Prefeito e que ele considerava o que era levado pelo Conselho. No entanto, coloca que não vislumbrou este mesmo processo com relação a estas mudanças recém-anunciadas e pergunta quando foi que o Governo passou a discutir essas trocas de representação, em que momento as organizações foram escolhidas e qual foi o critério para essas escolhas. Reitera que o COMUDA merece ter acesso a este histórico por respeito a toda a história que foi vivida ali e acrescenta ainda a pergunta em relação ao motivo deste processo não ter sido desenvolvido na plenária ou mesmo por email com os conselheiros. Finaliza dizendo que a PBPD continuará participando das reuniões do COMUDA e que espera que as novas entidades que estão entrando somem na luta por uma política de drogas mais justa com os beneficiados por ela. Décio responde que em Junho e Julho de 2021 foi pautada a questão da representatividade no Conselho e, apesar de sua insistência em debater essa questão, o Conselho optou por não aprofundar a discussão. Décio lê no chat do aplicativo em que a reunião é feita as mensagens do Felipe já que ele não estava conseguindo ter acesso ao áudio e câmera. Lá ele se mostra descontente com o desconvite da ABRAMD e pergunta sobre o processo de troca das entidades. Angélica retoma a história do COMUDA em relação aos conselheiros e suas participações e diz da diferença em relação a todos os processos de renovação das entidades para o processo atual. Isto é, traz o exemplo da Fundação Porta Aberta que não tinha assento no COMUDA, mas que participava das reuniões ativamente, até que surgiu a vaga e ela foi empossada por já ter se mostrado interessada. Desta vez, segundo ela, o processo foi diferente e sem que houvesse manifestação de interesse das novas entidades ou mesmo sem a discussão em plenária com os membros ativos, a troca foi feita de maneira vertical. Finaliza chamando a atenção para o fato de que a forma com esses processos são tocados muda de acordo com quem ocupa a gestão do Conselho, se é da sociedade civil ou poder público, e que isso terá repercussões para as relações de parcerias. Ela lembra também que o É de

Lei, além de tudo, é parceiro do governo, ou seja, executa contratos em parceria com a SMS, por exemplo, Emendas Parlamentares, entre outros, e por conta disso esperava um cuidado maior por parte do poder público. Junto a isto, coloca que se sentiu usada, particularmente falando, já que auxiliou em processos de articulação/chamamento de outras organizações sem saber, ao certo, para que/quem estava servindo. Marcos se diz surpreso por este movimento de troca e se solidariza com a fala da Angélica. Alcione também manifesta sua surpresa e constrangimento. Nathália Oliveira se apresenta como assessora de governança e de gestão da PBPD e pede desculpas por ter entrado no meio da reunião e lembra que o representante da PBPD segue sendo o Michel. Diz que foi comunicada sobre o processo de troca das entidades e veio dar seu apoio às entidades que estão sendo desconvidadas do Conselho, como É de Lei, PBPD e ABRAMD. Ela relembra que já esteve no cargo de Presidente do Conselho e que, nesta época, já se preocupava com o fato de ser do Poder Público a prerrogativa de indicação dos conselheiros e que sempre procurou exercitar a maior abertura possível das reuniões ordinárias do COMUDA para que o máximo de atores compusessem o debate. Para ela, a decisão exposta hoje por parte do poder público vai na contramão do que a sociedade civil tem feito pelo Brasil, inclusive, neste momento de necessidade de fortalecimento da democracia brasileira. Junto a isto, explicita eventual tensão dentro do campo da sociedade civil por conta da eventual substituição de uma entidade por outra e diz não saber se as entidades novas foram informadas do contexto de entrada no COMUDA. Finaliza perguntando se há algo que ainda possa ser feito para corrigir a rota deste caminho que, para ela, enfraquece o Conselho. Cecília Mota compartilha da fala da Alcione e diz que não está se sentindo confortável com o processo de troca como ele foi feito. Segundo ela, existe um protocolo que poderia ter sido aplicado e que não foi no caso de desocupação dos assentos. Cristiano se desculpa por ter entrado atrasado a reunião e diz que tomou conhecimento da situação. Fala que esta ação do poder público parece ser um golpe para a exclusão de organizações da sociedade civil e é gravíssimo. Manifesta também sua surpresa e discordância com a ilegalidade e a forma antidemocrática com que conduziram o processo. Relembra o histórico de atuação das entidades que estão saindo e pergunta sobre o motivo para tais exclusões. Angélica lê um trecho da ata da reunião extraordinária de 15 de junho de 2021 em que é falado

sobre o mandato dos conselheiros. Patrick reitera que a formalização das indicações no Diário Oficial ainda não foi feita e que o governo optou por informá-los da atualização dos assentos antes desta publicação e se disponibilizou a debater o assunto em plenária com todos os conselheiros. Ele lembra que esta conversa, no poder público, se iniciou em outubro e Angélica interrompe a fala dizendo que o Presidente do Conselho deveria ter trazido esta informação neste momento para os conselheiros. Marcos aproveita e também questiona a respeito da participação do Presidente, na reunião/conversa com o poder público sobre as trocas de entidades. Patrick retoma sua fala e continua dizendo que é preciso tomar cuidado com alguns termos usados. O que foi feito não é ilegal e nem foi dado nenhum tipo de golpe, está previsto em Lei. Finaliza se colocando a disposição para responder quaisquer dúvidas na SGM. Décio lê as mensagens do Felipe no chat, já que continua sem ter acesso ao microfone e câmera. Nas mensagens, Felipe também se mostra descontente e surpreso. Ele compartilha da fala da Nathália e pede a convocação de uma reunião extraordinária para continuar debatendo o tema. Patrick diz que é preciso também tomar cuidado com alguns questionamentos a respeito da figura do Décio enquanto Coordenador na SMDHC porque os poderes atribuídos ao cargo são muito limitados conforme foi estabelecido em Lei e em Decreto. Reitera que a decisão final não compete à Coordenação de Políticas Sobre Drogas e nem à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Décio diz que o processo teve várias reuniões, algumas dentro da SGM, e que ele participou de algumas reuniões com a assessoria da SGM e outras participou como o Presidente do Conselho. Na opinião dele, o COMUDA tem baixa exigência normativa e é sobre isso que ele imagina que os conselheiros devam se debruçar. Só existe a Lei 17089/19 e é preciso reforçar o sentido democrático deste Conselho. Cita como exemplo os demais Conselhos sediados na SMDHC e diz que para a posse de conselheiros é feita uma eleição que, inclusive, demanda diversos funcionários da SMDHC e que ele não entende o porquê de no momento da discussão da Lei 17089 que aconteceu ao final de 2018 e começo de 2019, momento em que ele entrava na SMDHC, essa discussão não foi feita. O resultado é que os conselheiros do COMUDA são indicados como acontece em poucos Conselhos que vemos por aí. Finaliza dizendo que ele acha que a briga não deve ser por 4 cadeiras e sim por mais várias cadeiras e que esta deve ser a principal pauta do

Conselho, brigar para alterar a Lei e abrir o espectro de participação. Para ele, a lei foi usada pelo Governo e este artifício poderia acontecer a qualquer momento. Michel reafirma que a Presidência do Conselho foi incompetente na forma que conduziu este processo e outros anteriores também. Diz que percebe pela fala do Décio um desprezo em relação ao que o COMUDA representa e fala que se o Prefeito ainda não sabe sobre o que ele mesmo deliberou, ele saberá por esta sociedade civil que está sendo desconvidada por ele. Termina dizendo que o maior problema foi em relação à forma e não em relação à troca, afinal todos têm ciência de que não são donos dos assentos que ocupam no Conselho e, por fim, pergunta porque o Presidente não foi transparente em relação às conversas que estavam acontecendo na SGM para atualização das cadeiras. Angélica diz que sente muito pelo fato de Patrick ter que fazer este papel e o quanto isso é duro e retoma alguns momentos de 2017 em que estava representando o Poder Público e galgando espaço para o COMUDA se fortalecer. Naquela época, ela discutia a possibilidade de o Conselho ter sua sede na SGM, mas isto não evoluiu e o COMUDA foi sediado em SMDHC que nem assento tinha. Para ela, é curioso como estas ações são feitas entre uma e outra Secretaria conforme o que convém mais e para os que acompanham a política há mais tempo fica nítido que tudo isto se resume à disputa política. Marcos concorda com a fala de Michel e diz que faltou lealdade da parte da Presidência para com os conselheiros, apesar da relação amistosa e de respeito que vinha sendo estabelecida até o momento. Diz que concorda com a Nathália quando ela pergunta se as novas entidades se sentirão confortáveis de ocupar estes assentos depois de saber da forma com que o processo foi conduzido e manifesta dúvida a respeito da continuidade do CRP a partir de agora. Termina dizendo que concorda com a ideia trazida por Felipe de fazer uma reunião extraordinária. Patrick responde e diz que foi relatada a questão de continuidade pelo Décio nas reuniões. Cristiano retoma as recentes ações do Governo Federal a respeito da exclusão da participação social em diversos Conselhos, como o CONAD, e aproxima este fato ao momento atual do COMUDA em relação ao silenciamento de vozes divergentes em detrimento da diversidade. Diz ainda que o Presidente do Conselho deveria ser da Sociedade Civil e que a gravidade da situação aumenta considerando que o tempo para a troca da Presidência já passou há dois meses. Termina dizendo que este golpe dado pelo governo poderá suscitar uma crise

política e que a desvalorização de entidades internacionalmente conhecidas, como o É de Lei, é um atraso. Nathália acrescenta que é preciso retomar o exercício democrático e volta a perguntar a respeito do interesse do governo para tomar tal atitude. Diz que observava uma postura mais agregadora do Prefeito Ricardo Nunes e que se surpreendeu negativamente pela escolha de não construir conjuntamente com a Sociedade Civil e, ainda, que a partir de agora não é possível prever os desdobramentos dessa escolha. Reitera que ela está falando de um campo (da sociedade civil) que, apesar das diversas gestões do Governo, segue comprometido com a ampliação da participação social e com a construção técnica de políticas para a Cidade. Finaliza sugerindo que a parcela do Conselho que representa o Poder Público leve internamente a proposta de revisão desta escolha, uma vez que este caminho antidemocrático trará mais problemas do que soluções na construção e manutenção das políticas de drogas. Patrick questiona a respeito da possibilidade da Presidência do Conselho ser do Poder Público depois da fala de Cristiano. Décio responde que o Regimento Interno não prevê obrigatoriedade de um campo ou de outro entre sociedade civil e poder público. Todo e qualquer conselheiro pode pleitear a Presidência do COMUDA a qualquer tempo sem necessidade de alternância, como acontece em muitos Conselhos. Décio também lembra que não há nenhum Decreto, como no caso do Governo Federal, que exclui a sociedade civil de qualquer participação no âmbito municipal. E finaliza dizendo que a Sociedade Civil tem uma cadeira a mais no COMUDA em relação aos demais campos, sendo portanto maioria. Nathália discorda da ideia levantada por Décio a respeito de elaborar uma minuta de Projeto de Lei para alteração da Lei 17089/19 a fim de ampliar a participação social no COMUDA, uma vez que ela entende se tratar de um compromisso de gestão que o próprio Poder Público, pelo Executivo, pode encabeçar. Retoma também o processo eleitoral que elegeu Décio na Presidência e diz que naquele instante a Sociedade Civil foi chamada para compor a Mesa Diretora e optou por não fazer a composição com o Governo, mas que este fato não justifica toda a manobra política feita pelo governo para exclusão destas entidades, ainda que com o amparo da Lei. Regiane concorda com as falas anteriores de todos aqueles que manifestaram descontentamento e se diz favorável a uma reunião extraordinária. Silvia registra a experiência intensa de sua primeira participação no COMUDA e diz que já iria solicitar o

Regimento Interno para se apropriar das normas e depois da reunião reitera este pedido com urgência, pois não entende como um Conselho como este não tenha previsão regimental para alternância da Presidência entre Sociedade Civil e Poder Público. Termina dizendo que levará ao CRF o relato desta reunião e a partir daí poderá se posicionar melhor. Décio se diz contrário à reunião extraordinária. Renato compartilha da fala da Sílvia e diz não enxergar o processo de atualização dos assentos como uma manobra política com qualquer intenção persecutória à Sociedade Civil. Esclarece que não tem contato prévio com o Prefeito e que todo seu contato com o Poder Público se resume à SMDHC no que tange as políticas de diversidade LGBT. Ressalta que quando foi convidado a participar do Conselho, aceitou de imediato, pois como já disse, compreende o campo comum entre a população LGBTQIA+ e a questão das drogas na Cidade. Para ele, o fato de ter sido chamado ao COMUDA revela a aspiração, justamente, de uma ampliação da diversidade no Conselho e por isso se diz favorável a ideia de ser levada ao Executivo a proposta de alteração da Lei para que, cada vez mais, o COMUDA se beneficie da possibilidade de maior participação social. Finaliza dizendo que da mesma forma que se questiona o interesse político do governo em trocar as entidades, ele também poderia questionar o interesse político das entidades em não quererem abrir mão de seus assentos e que os argumentos levantados pelas organizações de prestígio e reconhecimento internacional também servia para a Associação da Parada LGBT, já que essa entidade é organizadora do maior evento internacional. Felipe pede pela votação da reunião extraordinária. Renato diz que entende a necessidade de uma extraordinária caso o Executivo tenha a possibilidade de trazer algo novo em relação ao processo, caso contrário não vê porque deste encontro. Cristiano diz que não haveria necessidade de uma extraordinária caso seja possível o compromisso por parte do Poder Público da não publicação das trocas no Diário Oficial até a próxima reunião ordinária. Patrick diz que, dificilmente, haverá fatos novos para daqui a duas semanas que é quando se discute a possibilidade da extraordinária e que ele e Décio não receberam o aval dos tomadores de decisão do governo sobre a possibilidade de negociação neste sentido. Junto a isto, diz que levará o debate a eles, mas que em função do aumento de casos de COVID-19, ele não sabe quando teria uma resposta, pois há diversos afastamentos na SGM. A votação é aberta entre os 13 participantes

que ainda permaneceram na reunião, nem todos conselheiros, e são registrados 5 votos a favor, Cristiano, Felipe, Marcos, Michel, Regiane e 3 votos contra, Alcione, Décio, Patrick. Fica decidido, então, a reunião extraordinária no dia 25 de janeiro as 14h.

ENCAMINHAMENTOS:

- Formalização da indicação da dupla de observadores do COMUDA para a Conferência (enviar para o gabinete do Secretário de Saúde para que seja encaminhada à Comissão Organizadora da Conferência).
- Reunião Extraordinária em 25 de janeiro de 2022 às 14h.